

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2022



Calcred S.A. -
Crédito,
Financiamento e
Investimento

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório da Administração

A Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Financeira”) é uma sociedade anônima de capital fechado, focada no ramo de crédito ao consumidor, cuja sede e foro localizam-se no município de São José – SC. Oferecendo produtos e serviços com excelência para pessoas físicas, a Financeira passou a ofertar em maio de 2021 o crédito pessoal e incrementou o seu portfólio de produtos ativos a partir de fevereiro de 2022 com o financiamento das operações de crédito dos Cartões *Ouze*, emitidos pela empresa coligada *Calcard S.A. Instituição de Pagamentos*. As captações de recursos para o financiamento das operações ativas são realizadas pela colocação de produtos de investimentos com a emissão de Certificados de Depósitos Bancários (CDB).

1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

O ano de 2022 foi marcado pelo crescimento da inflação, fruto dos incentivos econômicos estruturados para conter a crise sanitária da COVID 19. O aumento da inflação impactou a capacidade financeira dos consumidores, em especial das classes emergentes, que representam o perfil de público da Calcred. Para contenção da inflação, o COPOM segue a série de altas consecutivas da Taxa Selic que impactaram diretamente nosso custo com captação financeira. Este cenário desafiador, nos trouxe a necessidade da adoção de medidas mais restritivas na concessão de crédito com a implantação de estratégias regionalizadas, bem como reforço nos mecanismos de cobrança para atenuar os efeitos de maior propensão de risco das carteiras de crédito das nossas operações.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

O ano de 2022 representou um marco para os negócios da Financeira, com o início das operações de financiamento dos cartões de crédito *Ouze* no primeiro semestre. Este novo contexto do negócio ampliou as operações de crédito, com evolução de um saldo de R\$ 6.006 (mil) em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 131.582 (mil) em 31 de dezembro de 2022.

O resultado do ano de 2022 apresentou um prejuízo líquido de R\$ 25.003 (mil), frente ao prejuízo do exercício de 2021 de R\$ 1.780 (mil). Os resultados performados neste período foram impactados pelas despesas de estruturação da Financeira e por uma necessidade de maior provisionamento de perdas da carteira de crédito. Há de se destacar que a Financeira adota um critério de provisão de perdas acima dos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução 2.682 do Banco Central.

3. PERSPECTIVAS

Com a maturação das operações de crédito já ajustadas às medidas de restrições de crédito que foram adotadas ao longo do ano de 2022, projetamos uma performance de melhoria

dos indicadores de risco e a recuperação dos resultados da Financeira para 2023. Ao longo do primeiro semestre de 2023, não temos expectativas de lançamentos de novos produtos.

4. AGRADECIMENTOS

A Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento agradece aos seus colaboradores pela dedicação e comprometimento no exercício de suas funções e aos seus clientes e parceiros de negócios pela confiança depositada.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento
São José - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Financeira”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Financeira é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 22 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SC-000190/F-9



Jonas Moreira Salles
Contador CRC SP-295315/O-4

Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	dez/22	dez/21	Passivo	Nota	dez/22	dez/21
Disponibilidades	4a	284	725	Depósitos e demais instrumentos financeiros	9	201.570	13.884
				Depósitos a prazo		201.570	13.884
Instrumentos financeiros		225.438	30.966	Outros passivos		12.215	1.207
Aplicação interfinanceira de liquidez	4b	67.993	24.960	Provisões para contingências		16	-
Títulos e valores mobiliários	5	25.863	-	Obrigações fiscais e previdenciárias		1.724	199
Operações de crédito	6	131.582	6.006	Credores diversos	10	10.475	1.008
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6d	(34.852)	(98)				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(34.852)	(98)	Patrimônio líquido	11	38.022	23.027
Ativos fiscais correntes e diferidos	7	46.469	1.329	Capital social		55.000	25.000
Créditos tributários		17.984	1.321	Aumento de Capital Social - em aprovação		10.000	-
Tributos a recuperar		28.485	8	Ajustes de avaliação patrimonial		(3)	-
Outros ativos	8	8.927	222	Prejuízos acumulados		(26.975)	(1.973)
Outros valores e bens		921	81				
Despesas antecipadas		921	81	Total do passivo e patrimônio líquido		251.808	38.118
Imobilizado de uso		329	2.275				
Intangível		6.072	3.030				
Depreciações e amortizações		(1.779)	(412)				
Total do ativo		251.808	38.118				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2º sem 2022	2022	2021
Receita da intermediação financeira		75.182	134.570	1.902
Receita de operações de crédito		62.672	119.634	1.369
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez		3.007	5.418	-
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.228	1.243	533
Receita com cessão de crédito	6h	8.276	8.276	-
Despesa da intermediação financeira		(86.400)	(148.941)	(298)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6e	(73.560)	(129.569)	(98)
Despesas de captação		(12.840)	(19.372)	(200)
Resultado bruto da intermediação financeira		(11.218)	(14.371)	1.604
Outras receitas/(despesas) operacionais		(14.005)	(27.293)	(4.576)
Receitas de prestação de serviços		730	1.391	312
Despesas de pessoal		(1.465)	(3.154)	(2.260)
Despesas administrativas	12	(8.724)	(16.704)	(2.544)
Despesas tributárias	13	(3.181)	(6.204)	(73)
Outras receitas/despesas operacionais		(1.365)	(2.622)	(11)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(25.223)	(41.664)	(2.972)
Imposto de renda e contribuição social		10.077	16.662	1.192
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	14.410	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	15	(4.333)	16.662	1.192
Prejuízo do semestre / exercício		(15.145)	(25.002)	(1.780)
Quantidade de ações do capital social		55.000	55.000	25.000
Prejuízo líquido por ação, básico e diluído		(0,275)	(0,455)	(0,071)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	2º sem 2022	2022	2021
Prejuízo do semestre	<u>(15.145)</u>	<u>(25.002)</u>	<u>(1.780)</u>
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado			
Outros resultados abrangentes - títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	10	(3)	-
Resultado abrangente total	<u><u>(15.135)</u></u>	<u><u>(25.005)</u></u>	<u><u>(1.780)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reserva Legal	Lucros/ Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	2.000	-	-	(193)		1.807
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.780)	-	(1.780)
Aumento de Capital Social	23.000	-	-	-	-	23.000
Saldos em 31 de dezembro de 2021	25.000	-	-	(1.973)		23.027
Saldos em 1º de janeiro de 2022	25.000	-	-	(1.973)	-	23.027
Prejuízo do exercício	-	-	-	(25.002)	-	(25.002)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(3)	(3)
Aumento de Capital Social	30.000	10.000	-	-	-	40.000
Saldos em 31 de dezembro de 2022	55.000	10.000	-	(26.975)	(3)	38.022
Saldos em 1º de julho de 2022	40.000	-	-	(11.830)	(13)	28.157
Prejuízo do exercício	-	-	-	(15.145)	-	(15.145)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	10	10
Aumento de Capital Social	15.000	10.000	-	-	-	25.000
Saldos em 31 de dezembro de 2022	55.000	10.000	-	(26.975)	(3)	38.022

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações dos fluxos de caixa - (Método Indireto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	2º sem 2022	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do semestre / exercício	(15.145)	(25.002)	(1.780)
Depreciação e amortização	684	1.367	405
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	73.982	129.569	98
Provisão Cível	16	16	-
Crédito tributário	4.333	(16.662)	-
Variações nos ativos e passivos	(57.886)	(57.954) -	8.573
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários	(10.809)	(25.866)	-
(Aumento)/Redução em operações de crédito	12.214	(220.390)	(6.006)
(Aumento)/Redução em outros ativos	(89.349)	(9.537)	(145)
(Aumento)/Redução em outros valores e bens	(445)	(839)	(81)
Aumento/(Redução) em depósitos	35.802	187.686	13.884
Aumento/(Redução) em outros passivos	(5.300)	10.992	921
Imposto de renda e contribuição social pagos	(13.326)	(27.646)	(1.192)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(7.342)	3.688	6.104
Fluxos de caixa das atividades de Investimento			
Aquisição de imobilizado de uso	-	-	(2.164)
Aquisição de intangível	-	(1.096)	(3.030)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de Investimento	-	(1.096)	(5.194)
Fluxos de caixa das atividades de Financiamento			
Integralização de Capital	25.000	40.000	23.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	25.000	40.000	23.000
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	17.658	42.592	23.910
Disponibilidades no início do período	50.619	25.685	1.775
Disponibilidades no fim do período	68.277	68.277	25.685
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	17.658	42.592	23.910

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Financeira”) é uma sociedade anônima de capital fechado, focada no ramo de crédito ao consumidor, cuja sede e foro localizam-se no município de São José – SC.

A Financeira oferece produtos como o financiamento de cartões de crédito e crédito pessoal para pessoas físicas, bem como produtos de investimentos com emissão de CDB’s.

A Financeira foi constituída em 10 de março de 2020, recebendo autorização do Banco Central do Brasil para funcionamento em 03 de maio de 2021, conforme publicação no Diário Oficial no dia 05 de maio do mesmo ano.

A partir de maio de 2021, iniciou as operações de crédito na modalidade do crédito pessoal e desde fevereiro de 2022 passou a ofertar o financiamento de cartões de crédito nas modalidades do rotativo e de parcelados.

A carteira de crédito ao consumidor da Financeira é composta pelas operações de financiamento do “Cartão Ouze”, administrado e emitido pela Calcard S.A - Instituição de Pagamento (“Calcard”) (compondo operações de rotativo, parcelamentos com juros, saques em espécie e refinanciamento dos débitos do cartão) e por operações de empréstimo pessoal, ofertados por correspondentes no país. A Calcard é emissora e gestora do “Cartão Ouze”, apta a ter suas operações financiadas pela Calcred, conforme dispõe o “Contrato de Adesão para Emissão, Administração e Utilização do Cartão Ouze”. Além de emissora do “Cartão Ouze”, a Calcard, é agente arrecadador, e de cobrança ordinária e extraordinária, dos pagamentos efetuados pelos clientes da Calcred através da fatura do “Cartão Ouze”.

Em 31 de dezembro de 2022, o fluxo de caixa operacional da Financeira apresenta-se negativo no segundo semestre de 2022 em R\$ 7.342 e positivo no exercício no valor de R\$ 3.688. Ao avaliar a continuidade da Financeira a administração considerou: (i) a existência das obrigações de curto e longo prazo com entidade do grupo econômico ao qual a Financeira pertence, e o compromisso dessa entidade em repactuar as obrigações caso seja necessário e (ii) o suporte financeiro da controladora, que possui recursos suficientes e compromete-se a aportar, se necessário, para fazer frente aos passivos da Financeira. Dessa forma, a Administração concluiu pela não existência de riscos relacionados à continuidade operacional da Financeira. Em 2022 foi realizado um aporte de capital no total de R\$ 30.000, além de R\$ 10.000 que está em aprovação pelo Banco Central.

2 Base de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Financeira”) foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e as normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e pelo Banco Central do Brasil, com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Em 22 de março de 2023, as demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Administração, bem como, foi autorizada a divulgação a partir dessa data.

3 Principais práticas e políticas contábeis

a. Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Financeira. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras da Financeira incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Financeira revisa as estimativas e as premissas pelo menos semestralmente.

c. Apuração de resultados

As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

d. Caixa e equivalentes de caixa

O valor apresentado como caixa e equivalentes a caixa corresponde a ativos de alta liquidez, risco insignificante de mudança de valor e prazo de vencimento de no máximo 90 dias, contados da data de aquisição. São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Dessa forma, o valor contábil se aproxima de seu valor justo.

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

f. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001 do Bacen, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) **Títulos para negociação** - Adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.
- (ii) **Títulos disponíveis para venda** - que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

- (iii) **Títulos mantidos até o vencimento** - adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

g. Operações de crédito, depósitos e demais instrumentos financeiros

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e as despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Operações de venda ou transferência de ativos financeiros de acordo com a Resolução CMN nº 3.533/08 e alterações posteriores, o registro contábil da baixa do ativo financeiro está relacionado à retenção substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência, de acordo com as seguintes categorias:

- (i) Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios;
- (ii) Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios;
- (iii) Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios.

As operações de cessões de créditos na Financeira são relacionadas às operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

h. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações estão classificadas de acordo com as características de garantia e os valores individuais envolvidos, e a constituição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi definida para cobrir eventuais perdas e leva em consideração os riscos específicos e globais da carteira, utilizando para isso os limites mínimos de cada nível de risco, estabelecidos pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 do CMN, acrescidos de uma majoração calculada a partir da rolagem de atrasos da carteira dos últimos 12 meses (média móvel).

As baixas de operações de crédito contra prejuízo (write-offs) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H". O controle das operações de crédito baixadas para prejuízo ocorre em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos, não sendo registrados posteriormente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H". Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A Financeira não considera, para nenhuma modalidade de crédito, a contagem em dobro para os contratos com prazos vencidos superiores a 36 meses, conforme permitido pela Resolução CMN nº 2.682/99.

i. Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é registrado pelo valor de custo de aquisição. As depreciações são classificadas pelo prazo de vida útil atribuído.

Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável (impairment) em períodos anuais, ou em maior frequência, se as condições ou as circunstâncias indicarem possibilidade de redução do valor de recuperação destes.

A Financeira avaliou e não identificou eventos ou condições nas circunstâncias que indicassem necessidade de impairment.

j. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Financeira são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

k. Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (*)	15% e 20%
PIS/PASEP	0,65%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	5%

As alíquotas aplicáveis são de 15% para a contribuição social e de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 240 no exercício, para imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no exercício, ajustado por diferenças permanentes e temporárias.

(*) Em 2022 conforme disposto na Medida Provisória nº 1.115/22, convertida na Lei nº 14.446, para o período de 1 de agosto a 31 de dezembro de 2022, a alíquota da contribuição social passou de 15% para 16%, retornando a 15% a partir de 1º de janeiro de 2023.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. As alíquotas aplicáveis são de 20% para a contribuição social e de 15% (mais adicional de 10% conforme a legislação) para imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no período, ajustado por diferenças permanentes e temporárias. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis, observando, para prejuízo fiscal e base negativa, o limite de 30% do lucro real do período-base. Esses créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

l. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009:

- **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.
- **Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. A Companhia reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorpora benefícios econômicos.

As provisões registradas nas demonstrações financeiras decorrem, basicamente de processos judiciais e/ou administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros. A avaliação da probabilidade de perda das contingências são classificadas como remota, possível ou provável com base no julgamento dos assessores jurídicos, sobre o fundamento jurídico da causa e a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer à instâncias superiores e da experiência histórica da Financeira.

Considerando a imprecisão do ordenamento jurídico para previsão de eventuais perdas, é entendido que as avaliações estarão sujeitas a atualizações mensais.

São constituídas provisões para os casos classificados como perda provável em que o “valor do risco de perda” possa ser determinado ou estimado. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação.

m. Resultado recorrente e/ou não recorrente

A financeira considera como recorrentes os resultados oriundos das operações realizadas de acordo com o objeto social da Financeira, considerando seu Estatuto Social. A Administração considera como não recorrentes os resultados que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da Financeira e resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência em períodos futuros. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o resultado da Financeira foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

n. Mudança nas principais políticas e práticas contábeis

A Resolução CMN nº 4.966/2021, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito. A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, da Lei nº 14.467/2022 e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação da Calcred S.A.

O Plano de Implementação dos referidos normativos na Calcred está segregado em três pilares:

- (i) Organização e Governança: Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação;
- (ii) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e
- (iii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades (a)	284	725
Aplicações interfinanceiras de liquidez (b)	67.993	24.960
Total – circulante	68.277	25.685

- (a) Disponibilidades são representadas por saldos depositados em contas bancárias.
- (b) Em 31 de dezembro de 2022, a Financeira possuía aplicações em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais, títulos públicos federais e aplicações em CDI (Certificado de depósito Interbancário) com liquidez diária, remuneradas a 98,0% do CDI (94% e 100% em 31 de dezembro de 2021).

5 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Acima 360 dias	Valor Mercado	31/12/2022		31/12/2021	
			Valor Custo	Valor Mercado	Valor Custo	
Títulos Disponíveis para venda						
LFT	15.626	15.626	15.628	-	-	
Vinculados BACEN - LFT (a)	10.237	10.237	10.238	-	-	
Total – não circulante	25.863	25.863	25.866	-	-	

- (a) Os títulos públicos federais, vinculados ao Banco Central do Brasil, correspondem à integralização de capital social subscrito, recolhidos até aprovação do processo pelo Banco Central do Brasil.

O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base nos preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Os efeitos decorrentes do ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda foram levados à conta específica do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários, quando aplicável. Os efeitos decorrentes do ajuste a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Em 31 de dezembro de 2022 foi registrado o ajuste negativo de R\$ 3 mil (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não havia operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto.

6 Operações de crédito

As operações de crédito na Financeira caracterizam-se pela disponibilização de crédito ao consumidor através de empréstimo pessoal e operações com juros transacionadas com os cartões de crédito Ouze (crédito rotativo, parcelamentos e saques). Essas operações estão classificadas de acordo com o previsto na Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 do CMN, em função das características de garantia e dos valores individuais envolvidos. Utilizamos os % mínimos da 2.682, acrescidos de uma majoração calculada a partir das rolagens de atrasos de carteira dos últimos 12 meses (média móvel).

a) Composição da carteira de crédito por segmento

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos	18.482	6.006
Cartão de Crédito - Crédito Rotativo	19.723	-
Cartão de Crédito - Crédito em Liquidação	43.287	-
Cartão de Crédito - Parcelado com Juros	49.662	-
Cartão de Crédito – Saques Financiados	428	-
Total - Circulante	131.582	6.006

b) Composição da carteira de crédito por tipo de cliente e atividade econômica

Tipo cliente	Empréstimo pessoal e cartão	Empréstimo pessoal
	31/12/2022	31/12/2021
Pessoas físicas	131.582	6.006
Total da carteira	131.582	6.006

c) Composição da carteira por faixas e vencimento

As operações de crédito apresentam o seguinte perfil por faixa de vencimento:

	31/12/2022	31/12/2021
Parcelas vencidas	67.615	335
A vencer		
A vencer até 3 meses	44.115	2.910
A vencer de 3 a 12 meses	19.258	2.734
A vencer de 1 a 3 anos	594	27
Total	131.582	6.006

d) Composição da carteira de crédito por nível de risco

Operações de empréstimo pessoal e cartão de crédito			Provisão em 31/12/2022 (Resolução CMN nº 2.682/99 e adicional)		
Nível	Vencidos	A vencer	% mínima	% adicional	em R\$
A	-	54.572	0,5%	0,49%	540
B	5.822	3.880	1%	1,99%	290
C	8.701	3.053	3%	6,99%	1.170
D	10.677	767	10%	19,91%	3.423
E	12.068	529	30%	8,29%	4.823
F	12.523	396	50%	-	6.460
G	11.712	274	70%	26,23%	11.538
H	6.112	496	100%	-	6.608
Total	67.615	63.967			34.852

Operações de empréstimo pessoal			Provisão em 31/12/2021 (Resolução CMN nº 2.682/99)	
Nível	Vencidos	A vencer	% mínima	em R\$
A	-	5.007	0,5%	25
B	51	258	1%	3
C	116	247	3%	11
D	103	117	10%	22
E	49	37	30%	26
F	16	5	50%	11
Total	335	5.671		98

Em 31 de dezembro de 2021 a financeira possuía apenas empréstimo pessoal e utilizava as alíquotas mínimas vigentes na resolução Resolução CMN nº 2.682/99. A provisão adicional passou a ser constituída em fevereiro de 2022 com entrada das operações com cartões de crédito.

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	98	-
Constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	131.587	98
Reversão de perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(2.018)	-
Constituição/Reversão de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	129.569	-
Reversão de provisão para perdas associadas ao risco de crédito (cessão de carteira) (Nota 6.h)	(81.351)	-
Transferência para prejuízo	(13.464)	-
Saldo final	34.852	98

f) Créditos recuperados e renegociados

Em 31 de dezembro de 2022 foram recuperados um total de R\$ 1.300 (R\$ 1.036 vide nota explicativa 6.h) de créditos ativos em atraso, e de créditos baixados para prejuízo, (0 no exercício findo em 2021) e foram renegociadas operações no total de R\$ 16.508 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2021) conforme demonstra o quadro abaixo:

Operações de empréstimo pessoal e cartão de crédito	Provisão em 31/12/2022 Mínima (Resolução CMN nº 2.682/99 e adicional)				
	Nível	Em R\$	% mínima	% adicional	em R\$
A		10.100	0,5%	0,49%	100
B		1.504	1%	1,99%	45
C		1.695	3%	6,99%	169
D		932	10%	19,91%	279
E		1.158	30%	8,29%	443
F		785	50%	-	393
G		196	70%	26,23%	189
H		138	100%	-	138
Total		16.508			1.756

g) Concentração da carteira de crédito

	31/12/2022	31/12/2021
Dez maiores devedores	710	77
Percentual do total da carteira de operações de crédito	0,54%	1,30%
Cinquenta maiores devedores seguintes	1.393	268
Percentual do total da carteira de operações de crédito	1,06%	4,50%

h) Cessão de crédito

Em 19 de dezembro de 2022, a Financeira firmou contrato de cessão de crédito, sem retenção substancial dos riscos e benefícios, referente parte da carteira de recebíveis, vencidos há mais de 150 dias. A transação foi efetuada com a cessionária Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Ouze. A cessão da carteira ativa, gerou a baixa da carteira de crédito no valor nominal de R\$ 81.351, contra uma despesa (deságio) de R\$ 74.111 e consequente reversão de 81.351 de provisão para perdas associados ao risco de crédito, o que gerou resultado positivo na cessão no valor de R\$ 7.240.

A cessão da carteira baixada para prejuízo, foi efetuado no montante de R\$ 11.643, e considerando um deságio de R\$ 10.606, gerou uma receita de R\$ 1.036. Considerando as duas carteiras cedidas, a Financeira recebeu no mesmo dia, o montante de R\$ 8.276 da concessionária. Abaixo, um resumo das transações cedidas:

	Saldo curva	Deságio	Resultado Líquido
Cessão de carteira prejuízo	11.643	(10.606)	1.036
Cessão de carteira ativa	81.351	(74.111)	7.240
Total	92.994	(84.717)	8.276

7 Ativos fiscais correntes e diferidos

a. Tributos diferidos

Ativo	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo fiscal	4.029	1.166
Diferenças temporárias	13.955	155
Total	17.984	1.321

Os créditos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são constituídos para as despesas apropriadas no exercício e ainda não dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social, mas cujas exclusões ou compensações futuras, para fins de apuração de lucro real, estão explicitamente estabelecidas ou autorizadas pela legislação tributária. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas de realização em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842/2020.

Impostos e contribuições a compensar

Os impostos e contribuições a compensar estão representados no montante de R\$ 28.485 em 31 de dezembro de 2022, referente a IRPJ e CSLL pagos antecipadamente por meio de estimativa mensal (R\$ 8 em 31 de dezembro de 2021).

b. Ativo fiscal diferido

A Financeira adota o procedimento de reconhecer créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social sobre diferenças temporárias. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os valores desses tributos diferidos são os seguintes:

Composição por base de diferimento

	Imposto de Renda	31/12/2022 Contribuição Social	Total	31/12/2021 Total
Itens base do diferimento				
Prejuízo Fiscal	2.518	1.511	4.028	1.166
Provisões administrativas	9	6	15	116
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.713	5.227	13.941	39
Total	11.240	6.744	17.984	1.321

Apuração

	2022	2021
Diferenças temporárias		
Saldo de prejuízo fiscal:	10.071	2.904
Saldo Provisões administrativas/cível	3	-
Saldo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e provisões passivas não dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social:	34.852	389
Crédito tributário líquido constituído – Imposto de renda – 25%	11.240	826
Crédito tributário líquido constituído – Contribuição social – 15%	6.744	495
Total	17.984	1.321

Não circulante	17.984	1.321
-----------------------	---------------	--------------

Movimentação

	2022	2021
Saldo inicial crédito tributário diferido	1.321	-
Constituição	113.401	1.321
Utilização	(96.738)	-
Saldo final crédito tributário diferido	<u>17.984</u>	<u>1.321</u>

Realização

Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados, cuja expectativa é conforme demonstrado abaixo:

Período	2022	2021
2022	-	1.089
2023	14.161	232
2024	274	-
2025	2.298	-
2026	1.251	-
Saldo final crédito tributário diferido	<u>17.984</u>	<u>1.321</u>

Valor presente dos créditos tributários

Conforme requerido pela Resolução nº 4.842 de 30/7/2020, o valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa de captação de 14,93% a.a., totaliza R\$ 14.758.

A Financeira não possui créditos tributários não registrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

8 Outros ativos

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber Calcard – Cartões financiados (a)	5.321	-
Devedores diversos – país	3.605	218
Adiantamentos e antecipações salariais	1	4
Total – circulante	<u>8.927</u>	<u>222</u>

- (a) Refere-se ao contas a receber dos pagamentos de clientes a serem repassados pela Calcard incluso no processo do fluxo financeiro de cartões financiados.

9 Depósitos a prazo

Os depósitos a prazo são atrelados ao CDI, com percentuais entre 100% e 123%, conforme o prazo e a data de aplicação, com vencimentos até junho de 2025. Os depósitos a prazo possuem a seguinte distribuição de vencimentos:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer em até 3 meses	22.013	-
A vencer em até 12 meses	32.776	10.187
A vencer de 1 a 3 anos	146.781	3.697
Total	201.570	13.884
Circulante	54.789	10.187
Não circulante	146.781	3.697

10 Credores Diversos

	31/12/2022	31/12/2021
Partes relacionadas	7.904	274
Fornecedores a pagar	1.137	292
Passivos diversos	1.188	287
Provisões para pagamento de despesa com pessoal	246	155
Total – Circulante	10.475	1.008

11 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e integralizado está representado por 55.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, de acionistas domiciliados no País (25.000 em 31 de dezembro de 2021).

Em 05 de setembro de 2022 foi aprovado pelo Banco Central o aumento de capital conforme deliberado na Assembléia Geral Extraordinária de 27 de junho de 2022 no montante de R\$ 15.000, representado por 15.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, de acionistas domiciliados no País.

Em 25 de novembro de 2022 foi aprovado pelo Banco Central o aumento de capital conforme deliberado na Assembléia Geral Extraordinária de 9 de setembro de 2022 no montante de R\$ 15.000, representado por 15.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, de acionistas domiciliados no País.

Em 27 de outubro de 2022 foi deliberado na Assembléia Geral Extraordinária o aumento de capital no montante de R\$ 10.000, representado por 10.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, de acionistas domiciliados no País.

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Dividendos e Juros sobre capital próprio

Conforme o parágrafo quarto, do art. 19, do estatuto, é assegurada a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202, da Lei nº 6.404/76.

12 Despesas administrativas

	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com partes relacionadas	(6.999)	(12.774)	-
Despesas de serviços de terceiros	(16)	(428)	(31)
Despesas com serviços técnicos especializados	(236)	(535)	(211)
Despesas com processamento de dados	(540)	(1.080)	(1.314)
Despesas com depreciação e amortização	(684)	(1.367)	(405)
Despesas bancárias	(185)	(332)	(335)
Despesas com propaganda e publicidade	-	-	(54)
Despesas de comunicações	-	(10)	(104)
Outras despesas	(64)	(178)	(90)
Total	(8.724)	(16.704)	(2.544)

13 Despesas tributárias

	Alíquota	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
Programa de integração social (PIS)	0,65%	440	829	6
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS)	4,00%	2.705	5.104	38
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	5,00%	36	271	29
Total		3.181	6.204	73

14 Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas da Financeira incluem transações com as empresas controladoras, coligadas e pessoas-chave na Administração. Pessoas-chave da Administração são definidas como aquelas que tem autoridade e responsabilidade de planejamento, direção e controle.

Prestação de serviços

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os valores financeiros entre a Financeira e as empresas relacionadas, pertencentes ao mesmo grupo econômico, decorrentes de transações compatíveis com o mercado, estavam assim compostos:

	Calcenter Calçados	Calcard as Instituição de Pagamentos	Gabriela Participações	Z&M Participações	2022	2021
Ativo						
Contas a receber	-	6.639	-	8	6.647	
Total ativo	-	6.639	-	8	6.647	
Passivo						
Credenciados	8	3.557	-	-	3.565	
Centro de Serviço Compartilhado	9	3.034	111	-	3.153	
Depósito a Prazo	-	24.930	-	-	24.930	
Outros Contas a Pagar	241	944	-	-	1.185	274

Total passivo	258	32.465	111	32.834	274
Receitas/(Despesa)					
Centro de Serviço Compartilhado	(129)	(12.774)	(526)	(58)	(13.488)
Outras receitas /(despesas)	(241)				(241)
Total despesa	(370)	(12.774)	(526)	(58)	(13.729)

15 Imposto de renda e contribuição social

Demonstramos, abaixo, a apuração do imposto de renda e da contribuição social para exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

Reconciliação entre a alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social e a alíquota efetiva:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(41.664)	(2.972)
Efeito das adições e das exclusões no cálculo dos tributos		
Diferenças temporárias de provisões	34.498	390
(-) Exclusões por perdas fiscais		
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	(7.166)	(2.582)
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	-	-

16 Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2022, a Financeira possui somente ações cíveis classificadas com risco de perda provável, e está registrado na rubrica de provisão para contingência o valor estimado de R\$ 16, com base no julgamento dos assessores jurídicos da Financeira. Esses valores são calculados individualmente, por processo e com base nos valores históricos. A Financeira não registrou provisões com passivos contingentes em 31 de dezembro de 2021.

17 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A estrutura de gerenciamento de riscos da Financeira esta pautada no conjunto de políticas, estratégias, processos e métodos direcionados a conformidade e gerenciamento dos riscos de mercado, liquidez, crédito, operacional e gestão de capital.

A estrutura está em constante evolução, buscando sempre adotar as melhores práticas de mercado em consonância com os normativos do Banco Central do Brasil, de modo a ser compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição aos riscos. São realizados testes de estresse para exercício, com finalidade definida, de avaliação prospectiva dos potenciais impactos e análise de sensibilidade permitindo avaliar o impacto decorrente de variações em um parâmetro relevante específico no capital de eventos na instituição.

Riscos de conformidade: compreendendo as unidades de compliance, controles internos e prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento ao terrorismo (PLD/CFT), atua com a missão de se manter em pleno atendimento das regras e regulamentações que permeiam a atividade de intermediação financeira. Através do monitoramento da regulamentação interna e

externa, incluindo apoio as áreas da CFI para o seu efetivo atendimento, revisão e publicação de normas. No âmbito de PLD/CFT monitora tanto as propostas dos clientes em potencial, quanto as movimentações atípicas ou suspeitas dos clientes utilizando-se de processos e melhores práticas de mercado.

- a) **Risco operacional:** conforme a Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o risco operacional como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A gestão desse risco ocorre a partir das recomendações do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), respeitando os normativos vigentes.
O gerenciamento do risco operacional é realizado através do mapeamento de processos e o levantamento de riscos já identificados, os controles implementados e o rastreamento das falhas ocorridas.
- b) **Risco de mercado:** conforme a Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição e o IRRBB como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária. A gestão da metodologia baseada em perdas de valor econômico e de resultado de intermediação financeira, denominadas Delta EVE e Delta NII para cálculo de requerimento de capital, tem como características evidenciar as diferenças entre a gestão e o controle de Risco de Mercado da Taxa de Juros da gestão e o controle do IRRBB. O monitoramento da exposição ao risco se dá com base na volatilidade de mercado que é possível estimar a perda máxima de uma carteira, dado um intervalo de tempo e um índice de confiança.
- c) **Risco de crédito:** conforme Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se como risco de crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, à reestruturação de instrumentos financeiros e os custos de recuperação. A gestão desse risco utiliza do monitoramento de diversos indicadores que demonstram os níveis de qualidade da carteira, além da exigência de capital regulatório.
- d) **Risco de liquidez:** conforme Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o risco de liquidez como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas ou inesperadas e de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A gestão desse risco monitora o fluxo de caixa diário, projetando cenários para o horizonte de um ano, além de indicadores de liquidez de curto e longo prazos.
- e) **Gerenciamento de capital:** conforme Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, de avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está exposta e do planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. A gestão consiste na construção de cenários que contemplam a evolução projetada para os ativos da Instituição, bem como o resultado esperado em função das receitas e despesas orçadas.

18 Limite operacional (acordo da basileia)

Em 31 de dezembro de 2022, a Financeira encontra-se enquadrada no segmento S4. O Índice de Basileia para a data base é de 12,74%, apurado de acordo com o estabelecido nas Resoluções CMN nº 4.955/21, nº 4.958/21 e demais normativos complementares. Realizamos em outubro de 2022 um aumento de capital no montante de R\$ 10.000.000 (dez milhões de reais), o qual estamos aguardando a homologação do Bacen para devida integralização.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
(A) Patrimônio Referência (PR)	23.599	19.030
Capital Social	55.000	25.000
Deduções do Capital Principal exceto Ajustes Prudenciais	26.978	1.972
Ajustes Prudenciais Exceto Participações não consolidadas e Crédito Tributário	4.424	3.998
(B) Risco Total (RWA)	185.304	48.549
RWACpad	131.175	14.992
RWAOpad	54.129	33.556
Capital Cobertura do Risco de Taxa de Juros - Carteira Bancária	3.206	151
INDICE DE BASILEIA	12,74%	39,20%

19 Eventos subsequentes

Em 13 de janeiro de 2023, foi aprovado pelo Banco Central o aumento de capital conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 25 de outubro de 2022 no montante de R\$ 10.000, representado por 10.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal de acionistas domiciliados no País.

* **

Mario Zanatta Júnior
Diretor Executivo

Vanessa dos Santos Antunes
Contadora - CRC SC-045085/O-2